



Ana Cristina
Guerreiro Lopes
Marina Nunes
Martins dos Mártires
Perna

Município de Alcácer do Sal
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
Serviço de Gestão de Pessoal

ATA

Procedimento concursal comum na modalidade de regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, para desempenho de funções no Setor de Eventos, da Divisão de Desenvolvimento Económico, Cultura e Turismo

Definição de Parâmetros de Avaliação e Ponderação de Métodos de Seleção

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniram os senhores Ana Cristina Guerreiro Lopes Vieira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, Cultura e Turismo, Marina Isabel Nunes Martins dos Mártires Perna, Técnica Superior (substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos) e Sérgio Alberto Fura Carraça, Assistente Operacional, respetivamente presidente e vogais efetivos do procedimento concursal em epígrafe, para elaboração da ata relativa à fixação dos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 9.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

Conforme o disposto no artigo 17.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e do artigo 36.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, os métodos de seleção a utilizar serão, com caráter eliminatório: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica.



De acordo com o artigo 18.º, da mesma Portaria, será utilizado o método facultativo, com carácter eliminatório: Entrevista de Avaliação de Competências.

maricã
Paula
Tauo

Para os candidatos que reunirem as condições previstas no n.º 2, do artigo 36.º, da LGTFP, serão aplicados os métodos de seleção, com carácter eliminatório: Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, salvo se os afastarem através de declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos, conforme o disposto no n.º 3.

A classificação e a ordenação final dos candidatos que completem o procedimento serão expressas na escala de 0 a 20 valores, resultante da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, por aplicação da(s) seguinte(s) fórmula(s), conforme os métodos de seleção aplicados:

$$CF = (PC*70\%) + (AP(Apto) + (EAC*30\%))$$

OU

$$CF = (AC*45\%) + (EAC*55\%)$$

Em que: CF = Classificação Final; PC = Prova de Conhecimentos; AP = Avaliação Psicológica; AC = Avaliação Curricular; EAC = Entrevista de Avaliação de Competências.

1. Prova de Conhecimentos:

Nos termos da alínea a), do n. 1, do artigo 17.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa.

Nos termos dos n.ºs 1 e 5, do artigo 21.º, da mesma Portaria, a prova será avaliada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

A prova de conhecimentos, de carácter teórico-prática será de realização individual e terá a duração total de 60 minutos.

A parte teórica será de carácter escrito, constituída por questões de escolha múltipla e de desenvolvimento. Terá a duração máxima de 30 minutos e uma valorização de 10 valores.

É permitido aos candidatos a consulta da legislação, no decorrer da prova, nomeadamente:

- Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);



[Handwritten signature]
[Handwritten text]

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação), Capítulo I, Secção I, artigos 70.º a 73.º; Capítulo V, Secção II e Secção III, artigos 126.º a 143.º;

- Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Alcácer do Sal (Despacho n.º 977/2023, de 19 de janeiro), Capítulos I, II e III, artigos 1º a 12.º; Capítulo IV, Secção VIII, artigos 68.º a 75.º;

- Questões relacionadas com a área funcional posta a concurso.

Para a realização da prova de conhecimentos, os candidatos deverão apresentar-se munidos de legislação e documentação constantes do programa acima indicado (unicamente em suporte de papel).

A parte prática, consistirá na realização de tarefas de simulação, diretamente relacionadas com a área funcional posta a concurso.

Terá a duração máxima de 30 minutos e uma valorização máxima de 10 valores.

Na apreciação da parte prática serão tidas em consideração os seguintes aspetos:

- Compreensão e Perceção da Tarefa

2,5 valores	0,75 valores	0 valores
Compreende facilmente a tarefa às primeiras instruções dadas.	Compreende a tarefa depois de melhor explicadas as instruções.	Demonstra dificuldade na compreensão da tarefa pese embora as instruções e explicações dadas.

- Qualidade de Realização

2,5 valores	0,75 valores	0 valores
Utiliza adequadamente o material disponível. Finaliza a tarefa com sucesso.	Utiliza adequadamente algum do material disponível. Finaliza a tarefa, mas carece de reparos.	Não consegue utilizar o material disponível. Não consegue finalizar a tarefa.

- Celeridade na Execução da Tarefa

2,5 valores	0,75 valores	0 valores
Realiza tarefas dentro do período estimado (30 minutos).	Realiza a tarefa para além do período estimado (mais de 30 minutos).	Não executa a tarefa.



[Handwritten signature]
[Handwritten name]

- Conhecimentos Técnicos Demonstrados

2,5 valores	0,75 valores	0 valores
Demonstra conhecimento e domínio das técnicas.	Demonstra conhecimentos razoáveis sobre a tarefa proposta.	Não demonstra conhecimentos sobre a tarefa proposta. Não realiza a tarefa.

2. Avaliação Psicológica

Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 17.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases.

A avaliação psicológica é valorada, nos termos do n.º 2, do artigo 21.º, da supra Portaria, através das menções de Apto e Não Apto.

1. Avaliação Curricular

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 17.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho.

Nos termos dos n.ºs 1 e 5, do artigo 21.º, da mesma Portaria, a avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

Serão avaliados e ponderados os seguintes elementos:

- Habilitações Literárias (HL) – Tendo como limite máximo de avaliação 20 valores. Serão atribuídos 20 valores aos candidatos detentores da escolaridade legalmente exigida para o desempenho das funções.
- Formação Profissional (FP) – Serão ponderadas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional posta a concurso, até ao limite de 20 valores.

Serão atribuídos, automaticamente, a todos os candidatos, 10 valores acrescidos de:

- 1 Valor por cada ação de formação com duração < a 20 horas, até ao limite de 10 valores;
- 2 Valores por cada ação de formação com duração ≥ a 20 horas, até ao limite de 10 valores;



Anoiteira
[Handwritten signature]
Luisa Rosa

- Candidatos sem ações de formação – 0 valores.
- Experiência Profissional (EP) – Será ponderado o desempenho efetivo de funções na área de atividade para que o concurso é aberto, até ao limite de 20 valores, de acordo com a seguinte pontuação:
 - Experiência inferior a 1 ano – 14 valores;
 - Entre 1 a 5 anos – 16 valores;
 - Entre 5 a 10 anos – 18 valores;
 - Superior a 10 anos – 20 valores.
- Avaliação de Desempenho (AD) – Relativa ao último período, não superior a três ciclos avaliativos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, sendo atribuído, nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação:
 - Desempenho inadequado (1 a 1,999) – 8 valores;
 - Desempenho adequado (2 a 3,999) – 14 valores;
 - Desempenho relevante (4 a 5) – 18 valores;
 - Reconhecimento de desempenho excelente – 20 valores.

Serão atribuídos 10 valores aos candidatos que, por razões que comprovadamente não lhes sejam imputáveis, não possuam avaliação de desempenho relativamente a um ou à totalidade dos ciclos avaliativos a considerar.

A classificação da AD será obtida através da média simples das classificações obtidas no período a considerar.

$$AC = HL (25\%) + FP (25\%) + EP (40\%) + AD (10\%)$$

2. (3) Entrevista de Avaliação de Competências

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 17.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, nomeadamente:

- **Realização e Orientação para Resultados:** Capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas que lhe são solicitadas.
- **Relacionamento Interpessoal:** Capacidade para interagir, adequadamente, com pessoas com diferentes características, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada.
- **Iniciativa e Autonomia:** Capacidade de atuar de modo proativo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativas no sentido da resolução de problemas.



- **Responsabilidade e Compromisso com o Serviço:** Capacidade para reconhecer o contributo da sua atividade para o funcionamento do serviço, desempenhando as suas tarefas e atividades de forma diligente e responsável.
- **Organização e Método de Trabalho:** Capacidade para organizar as suas tarefas e atividades e realizá-las de forma metódica.
- **Inovação e Qualidade:** Capacidade para executar atividades e tarefas de forma crítica e de sugerir novas práticas de trabalho para melhorar a qualidade do serviço.
- **Otimização de Recursos:** Capacidade para utilizar os recursos e instrumentos de trabalho de forma eficaz e eficiente de modo a reduzir custos e aumentar a produtividade.
- **Adaptação e Melhoria Contínua:** Capacidade para se ajustar a novas tarefas e atividades e de se empenhar na aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Nos termos dos n.ºs 1 e 5, do artigo 21.º, da mesma Portaria, a avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

Em caso de igualdade de valoração aplica-se o disposto no artigo 24.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

Em caso de persistir a igualdade de valoração, a ordenação final dos candidatos é efetuada de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a. Valoração da experiência profissional (EP);
- b. Valoração da habilitação académica (HA);
- c. Valoração da formação profissional (FP).

O Júri

Ana Cristina Vieira

Ana Cristina Vieira, Chefe de Divisão

Marina Perna

Marina Perna, Técnica Superior

Sérgio Carraça

Sérgio Carraça, Assistente Operacional

